



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/DPF/FIG/PR

**ANEXO XVI DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Estudo Técnico Preliminar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/DPF/FIG/PR

**ESTUDO PRELIMINAR Nº 12922732/2019-CPL/SELOG/SR/PR**

Processo nº 08385.019173/2019-54

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. O presente estudo tem por objetivo atender ao disposto no Art. 20 da IN 05/2017-MPDG, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, de forma a viabilizar a contratação necessária para a **adequação arquitetônica da Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR às normas legais de acessibilidade, que visam garantir aos portadores de necessidades especiais acesso ao prédio da referida Delegacia, considerando especialmente a decisão judicial na Ação Civil Pública nº 5003247-15.2011.4.04.7001 da 1ª Vara Federal de Londrina/PR (doc. SEI 7046373, 8885135, 9082053).**

1.2. A demanda havia sido formalizada no processo SEI nº 08386.004698/2018-02 e tratada no processo SEI nº 08389.006939/2019-09, sendo anexadas ao presente processo para cumprimento dos requisitos da IN 05/2017-MPDG, sendo a presente análise pautada pelas diretrizes traçadas pela Instrução Normativa nº 5/2017-MPDG em seu art. 24, § 1º.

**2. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A necessidade da adequação foi fundamentada na decisão da MM Juíza Lília Côrtes de Carvalho de Martino, na Ação Civil Pública mencionada, conforme trecho abaixo transcrito:

" Trata-se de ação civil pública na qual o MPF objetiva seja a ré compelida a adotar todas as providências necessárias para adequar o prédio da Delegacia da Polícia Federal (DPF) de Londrina às normas legais de acessibilidade, concretizando, especialmente, as melhorias sugeridas pelo CREA/PR em fiscalização anteriormente realizada.

De saída, verifico que a procedência da ação é medida que se impõe.

Ensina Flávia Piovesan (Direitos humanos e direito constitucional internacional, 13ª ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva., 2012) que a materialização do direitos humanos das pessoas com deficiência passou por quatro fases: a) uma fase de intolerância em relação às pessoas com deficiência, em que a deficiência simbolizava impureza, pecado, ou mesmo, castigo divino; b) uma fase marcada pela invisibilidade das pessoas com deficiência; c) uma terceira fase orientada por uma ótica assistencialista, pautada na perspectiva médica e biológica de que a deficiência era uma 'doença a ser curada', sendo o foco centrado no indivíduo 'portador da enfermidade'; e d) por fim, uma quarta fase orientada pelo paradigma dos direitos humanos, em que emergem os direitos à inclusão social, com ênfase na relação da pessoa com deficiência e do meio em que ela se insere, bem como na necessidade de eliminar obstáculos e barreiras superáveis, sejam elas culturais, físicas ou sociais, que impeçam o pleno exercício de direitos humanos.

É possível perceber que a mudança paradigmática aponta aos deveres do Estado para remover e eliminar os obstáculos que impeçam o pleno exercício de direitos das pessoas com deficiência.

Sob essa ótica, em 13 de dezembro de 2006, foi adotada pela ONU a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, nos termos da resolução da Assembleia Geral nº 61/106, que entrou em vigor em 03/05/2008. No Brasil, a

Convenção foi ratificada em 01/08/2008, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, nos termos do artigo 5º, §3º, da CF/88, já com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, e ratificada pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 6.949, de 25/08/2009. Trata-se do primeiro tratado internacional sobre direitos humanos com status de Emenda Constitucional.

A Constituição brasileira de 1988 assegura a incorporação automática dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, que detêm aplicação imediata no âmbito nacional. Assim, desde que ratificados, os tratados internacionais irradiam efeitos de plano e asseguram direitos direta e imediatamente exigíveis no ordenamento interno.

Cabe, portanto, ao Poder Judiciário e aos demais Poderes Públicos assegurar implementação no âmbito nacional das normas internacionais de proteção aos direitos humanos ratificadas pelo Estado brasileiro. Oportuno ressaltar, que a Convenção introduziu o conceito de 'reasonable accommodation', direcionando ao dever do Estado de adotar ajustes, adaptações, ou modificações razoáveis e apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o exercício dos direitos humanos em igualdade de condições com os demais. Logo, violar a 'reasonable accommodation' é uma forma de discriminação nas esferas públicas e privadas. Especificamente acerca da acessibilidade, sobredita Convenção prevê em seu artigo 9, verbis:

#### *'Artigo 9*

##### *Acessibilidade*

*1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:*

*a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho;*

*b) Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência.*

*2. Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para:*

*a) Desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público;*

*b) Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência;*

*c) Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;*

*d) Dotar os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público de sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão;*

*e) Oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da*

*língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público;*

*f) Promover outras formas apropriadas de assistência e apoio a pessoas com deficiência, a fim de assegurar a essas pessoas o acesso a informações;*

*g) Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet;*

*h) Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.'*

Dessume-se do texto da Constituição Federal de 1988, há existência de um sistema de proteção inabalável, que se evidencia no artigo 1º, incisos I e III, com a prioridade conferida à cidadania e à dignidade da pessoa humana, no artigo 3º, inciso III, com a adoção do princípio da igualdade substancial, bem com o no caput (isonomia formal) e § 2º (garantia residual), do artigo 5º, capaz de dar amparo a pretensão da exordial.

Ademais, concretamente, a tutela pretendida encontra-se assegurada nos seguintes dispositivos constitucionais, quais sejam: artigos 7º, XXXI, 23, II, 24, XIV, 37, VIII, 203, 208, III e 227, §1º e inciso II.

Veja o que dispõem os artigos 227, §2º, e 244 da Lei Maior:

*'Art. 227. (...)*

*§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.*

*Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.'*

Quanto à operacionalização dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, entenda-se 'concepção e implantação', deve-se levar em consideração as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, consoante o artigo 10, caput, do Decreto nº 5.296, de 02/12/2004.

No caso vertente, aplica-se a ABNT NBR 9050, que dispõe sobre a acessibilidade e edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. O parágrafo único do artigo 11 da Lei 10.098, de 19/12/2000, elenca os requisitos de acessibilidade:

I - nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III - pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV - os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam

ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.'

A legislação vigente vincula o interesse de agir do administrador, cujo desvio, subentenda-se, também, inércia, pode e deve ser corrigido pelo Poder Judiciário quando provocado. O princípio da legalidade impõe ao administrador público, no âmbito da atividade administrativa, a observância dos mandamentos legais, dos quais não se pode atalhar, sob pena de praticar ato inútil, sem efeito, inválido, atacável judicialmente, a toda evidência.

Não se deve permitir que as normas orçamentárias, apesar de seu relevante papel na Administração Pública, seja um entrave para a efetivação de um direito fundamental considerado prioritário pela Constituição Federal de 1988.

Esclareça-se que o Poder Judiciário, ao determinar que o Estado promova as adaptações em seus prédios públicos, visando garantir o acesso do portador de necessidade especiais a eles, não está criando uma nova obrigação para o ente, mas, tão-só, exigindo que ele cumpra a legislação pertinente.

No caso vertente, de acordo com relatório elaborado pelo Comitê de Acessibilidade (PROCADM4, p. 14 - evento 14), foram identificadas várias irregularidades, conforme texto abaixo transcrito:

'A calçada em frente e provavelmente nas esquinas de acesso não têm guias rebaixadas, são irregulares, necessitam intervenção e ocorrendo esta, deverão ser colocadas a pista tátil e faixa de alerta;

No acesso principal e ratificado em fotos de alguns outros acessos, as larguras das portas estão fora do padrão e não permitem entrada de cadeirante ou PO, deverão ser alargadas as aberturas e substituídas as portas;

Existem um pequeno degrau na entrada e a colocação de um tapete que identifica DPF, porém propiciam um acidente;

O estacionamento é interno para o uso dos funcionários e não há demarcação de vaga para PcD;

Os sanitários públicos não estão adaptados, precisam de projeto de execução específico, enquadrados na Norma - com medidas adequadas, gabinetes, barras de apoio, puxadores horizontais, proteção de sifão, colocação de duchas higiênicas, etc. e os dos funcionários estão parcialmente amoldados, faltando sóculo, com o objetivo de aumentar a altura do vaso sanitário, maior vão de acesso dificultado com a porta sanfonada, etc.

O elevador está desativado e as escadas não têm pisos antiderrapantes, resolvidos pelo menos com uma faixa na beira do piso de cada degrau e seu corrimão é segmentado;

Os equipamentos de segurança contra incêndio deverão ser relocados, objetivando evitar armadilhas para os PcDs e desobstruídos;

O local de reunião precisa também de projeto para adequação de uso do PcD;

Em suma há necessidade de execução de um projeto, por profissional habilitado e capacitado, nos moldes da Norma Técnica vigente.'

[...]

A procedência da demanda impõe à União a realização das obras na sede da Delegacia da Polícia Federal em Londrina, para tanto, defiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, reiterado no evento 73, tendo em vista o valor do bem jurídico protegido e de sua imediata exigibilidade preconizada pelo ordenamento jurídico pátrio. Assim, deverá a Ré:

a) apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, o respectivo projeto básico, orçamento e cronograma físico-financeiro para fins de adequação do prédio da Delegacia da

Polícia Federal de Londrina às normas legais de acessibilidade;

b) dar início as obras, no prazo de 3 (três) meses, a fim de garantir aos portadores de deficiência acesso ao referido órgão.

2.2. Assim, em síntese a adequação do prédio da Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR, decorre da necessidade de se possibilitar o adequado acesso ao prédio aos portadores de necessidades especiais.

### 3. DA REFERÊNCIA A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

3.1. A demanda está alinhada com o Plano Estratégico 2010-2022 da Polícia Federal, atualizado pela Portaria 4453/2014-DG/DPF, enquadrando-se como contratação que objetiva atender à fator crítico de sucesso da organização, assim definido:

#### 6. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

##### 6.10. Infraestrutura adequada

*Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.*

3.2. A demanda alinha-se ainda ao Plano Estratégico da PF, conforme tabela a seguir:

| OBJETIVO INSTITUCIONAL                                | AÇÃO ESTRATÉGICA   |
|---|--|
| 9.5. Promover a Cidadania                             | 9.5.2. Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão<br><br>Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de aprimoramento dos serviços prestados à população, envolvendo notadamente as atividades administrativas e de apoio finalístico, buscando facilitar o acesso do cidadão à instituição, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.  |
| 9.7. Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais | 9.7.1. Gestão de Obras e Infraestrutura<br><br>Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados. |

3.3. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no PLANOB 2019 (Plano de Obras da PF) DLOG/CGPLAM/DEA, com contingenciamento efetuado.

### 4. NORMATIVOS APLICÁVEIS

4.1. A Lei nº 10.098 de 2000, e atualizações posteriores, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Dentre as disposições destaca-se o seguinte:

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; [\(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015\)](#)

[...]

## CAPÍTULO II

### DOS ELEMENTOS DE URBANIZAÇÃO

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

[...]

Art. 5º O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 6º Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

[...]

§ 2º O número mínimo de banheiros químicos acessíveis corresponderá a 10% (dez por cento) do total, garantindo-se pelo menos 1 (uma) unidade acessível caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a 1 (um). [\(Incluído pela Lei nº 13.825, de 2019\)](#)

Art. 7º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Parágrafo único. As vagas a que se refere o caput deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

[...]

## CAPÍTULO IV

### DA ACESSIBILIDADE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS OU DE USO COLETIVO

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;



II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

[...]

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A Administração Pública federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no caput deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei.

4.2. A competência da Polícia Federal está estipulada na própria Constituição Federal, a partir da qual denota-se que o fim último do órgão são as funções de polícia e segurança pública:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

[...]

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União

4.3. A realização de serviços que não sejam fins últimos dos órgãos públicos deve, sempre que possível, ser delegada à iniciativa privada. Tal disposição é prevista no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967:

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.



§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a **Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta**, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. (grifos nossos).

§ 8º A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional.

4.4. O objeto que se pretende contratar não se amolda a nenhuma das vedações quanto à execução de forma terceirizada previstas no Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, tratando-se de atividade acessória, instrumental ou complementar à área de competência legal da SR/PF/PR, não possuindo equivalência com as atividades desenvolvidas pelas categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários da Polícia Federal, além do que não são atividades relacionadas ao poder de polícia.

4.5. Assim por se tratar de serviço de execução indireta necessário se faz observar as regras estipuladas pelo Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, bem como da IN 05/2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que estabelecem regras a serem observadas para a contratação deste tipo de serviço, reforçando o entendimento de que as contratações públicas devem ser rigorosamente planejadas.

4.6. Os serviços referenciados neste estudo, dadas as suas características, se enquadram no conceito de **serviços comuns de engenharia**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme definido no inc. VIII, do art. 3º, do Decreto nº 10.024/2019:

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

4.7. Assim, em sendo viável a contratação, poderá ser licitada na forma do Pregão Eletrônico, observando-se as regras da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 10.024/2019 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93, especialmente aquelas relativas à contratos.

## **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Especificações gerais**

5.1.1. Contratação de empresa especializada, com qualificação técnica adequada, para execução de adaptação e reforma para acessibilidade na Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR.

5.1.2. A presente contratação engloba, de forma resumida, os seguintes serviços:

- a) *Instalação de canteiro de obras;*
- b) *Demolição dos acessos fora de norma apontados em projeto arquitetônico;*
- c) *Readaptação e sinalização dos acessos a PNE externo e interno a edificação;*
- d) *Adaptação de novo banheiro PNE/Fraudário no térreo conforme projeto executivo;*
- e) *Retirada e adaptação de todas as portas da edificação, em alvenarias e divisórias conforme apontamento em projeto arquitetônico;*
- f) *Adaptação de auditório para nivelamento do piso;*
- g) *Balcão de atendimento PNE na recepção;*
- h) *Adaptações de escada, guarda corpos, sinalizações, corrimão das escadas;*
- i) *Adaptações nos banheiros existentes;*
- j) *Central de GLP;*
- k) *Acesso a cobertura por escada marinho;*
- l) *Remoção de entulho, acabamentos finais e limpeza final da obra.*

5.1.3. A descrição detalhada dos serviços e materiais constarão nos Anexos do Termo de Referência.

5.1.4. Deverá ser exigida declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 5.2. Regime de Execução

5.2.1. O regime de execução deverá ser a Empreitada por Preço Unitário, pois nos termos do Acórdão nº 1.978/2013 – TCU/Plenário, esse é o regime de execução que deve ser preferido nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras, aplicável ao presente caso.

5.2.2. Por se tratar de uma obra de reforma em geral (adaptação), a variação de valores é alta. Por esse motivo, o regime de execução por preço unitário torna-se atrativo apresentando as seguintes vantagens:

- a) A precisão da medição dos quantitativos é muito mais crítica;
- b) A remuneração da contratada, nesse regime, é feita em função das unidades de serviço efetivamente executadas;
- c) Valor final do contrato é, em princípio, oscilante para mais ou para menos em função da precisão das estimativas;
- d) Apresenta menor risco para o construtor, na medida em que ele não assume risco quanto aos quantitativos de serviços (riscos geológicos do construtor são minimizados);
- e) A obra pode ser licitada com um projeto com grau de detalhamento inferior ao exigido para uma empreitada por preço global ou integral.

5.2.3. Como critério de aceitabilidade da proposta, somente deverão ser admitidas as propostas com preço total igual ou inferior ao preço estimado, bem como as propostas com preços unitários iguais ou inferiores aos preços constantes na Planilha Orçamentária. Propostas que apresentam itens com preços unitários superiores aos referidos deverão ser desclassificadas, mesmo que o valor global da proposta seja inferior ao valor total estimado.

## 5.3. Classificação dos serviços e prazo de execução

5.3.1. O serviço a ser contratado é considerado não continuado, impondo ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.2. A execução dos serviços será iniciada na data da emissão de ordem de serviço, após a assinatura do contrato ou outro instrumento hábil, cujas etapas observarão o cronograma físico-financeiro, com prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias corridos.

## 5.4. Critérios de sustentabilidade

5.4.1. A aquisição objeto desta licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

5.4.2. Deverá ser estabelecido como critério para habilitação jurídica, a apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, por se tratar de atividade constante no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

5.4.3. Os serviços de demolições devem seguir os procedimentos vigentes em normas de forma a proporcionar segurança na execução do serviço, com ênfase aos itens elencados abaixo:

*A empresa executora deverá fornecer EPI's em perfeitas condições de acordo com o risco da atividade;*

5.4.4. A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

5.4.5. A contratada deverá comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

5.4.5.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

5.4.6. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

5.4.7. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

5.4.8. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- I - Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- II - Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- III - Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação):

deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV - Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

5.4.9. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

5.4.10. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nº. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

5.4.11. A contratada deverá observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

5.4.11.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

5.4.11.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

5.4.11.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

## 5.5. Da vistoria prévia

5.5.1. A vistoria prévia à participação na licitação deverá ser facultativa.

5.5.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (45) 3576-5605, quando será emitido Termo de Vistoria, comprovando que o responsável técnico da empresa vistoriou o local da obra e esclareceu todas as dúvidas de ordem técnica e legais.

5.5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.5.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.5.5. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, em até três dias úteis a data fixada para abertura da sessão pública.

5.5.6. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

## 5.6. Condições para a realização dos serviços

5.6.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.6.2. Deverá ser exigida a prestação de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

5.6.3. Para a correta execução do serviço, será necessário a utilização de equipamentos e ferramentas adequadas ao serviço.

5.6.4. Os serviços poderão ser executados no horário de expediente da delegacia: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30. Horário especial poderá ser adotado desde que autorizado pela fiscalização.

5.6.5. O local onde o serviço será executado é área de segurança e, portanto, deverá seguir as regras do local. Devido a isso, o horário de trabalho da empresa poderá sofrer alterações e ou restrições.

5.6.6. O canteiro de obras deverá ser instalado em local adequado de forma a não implicar no correto desenvolvimentos das atividades do local.

5.6.7. A contratada deverá elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

5.6.8. A empresa contratada deverá adotar as providências necessárias para expedição do Alvará de Construção, mediante requisição pelo seu responsável técnico junto à Prefeitura Municipal de Londrina/PR, considerando que o Projeto registrado sob o nº 101625/2018 encontra-se devidamente aprovado.

5.6.9. A contratada deverá providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010).

5.6.10. A contratada deverá providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

5.6.11. A contratada deverá obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, sendo responsável pelo pagamento de quaisquer custos incidentes.

## 5.7. Da subcontratação

5.8. Deverá ser permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 80%, desde que a Contratada garanta, no local do serviço – Delegacia de Polícia Federal em Londrina/PR -, a presença do engenheiro e do mestre de obras, ainda que vinculados à Subcontratada, nos horários estipulados pela Fiscalização e pela carga horária diária estipulada no orçamento. Admite-se tal percentual a fim de tornar viável e exequível o objeto deste Projeto Básico, na hipótese da contratada não ter filial ou base própria na cidade de Londrina/PR.

5.8.1. A subcontratação dependerá de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.8.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 5.9. Critérios de qualificação técnica:

5.9.1. Os requisitos de qualificação técnica serão disciplinadas no Termo de Referência e Edital da Licitação.

## 6. **DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

6.1. As áreas e quantitativos da edificação existente no local foram levantadas com base em projetos e plantas existentes e em levantamento arquitetônico feito no local pela equipe do GTED/DPF/FIG/PR.

## **7. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E DAS JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

7.1. Cada projeto cria um produto, serviço ou resultado exclusivo. Embora elementos repetitivos possam estar presentes em algumas entregas do projeto, essa repetição não muda a singularidade fundamental do trabalho do projeto.

7.2. Essa característica de unicidade dos projetos lhes confere um determinado grau de incerteza. Devido a isso, os projetos geralmente são divididos em fases para facilitar sua concepção e gerenciamento.

7.3. Os projetos para construção, reforma ou ampliação de um empreendimento geralmente são elaborados em etapas sucessivas, conhecidas como ciclo de vida de um projeto. Segundo essa abordagem conceitual, cada etapa deverá ser desenvolvida de forma que guarde sintonia com as demais etapas, tenha consistência material, atenda às diretrizes gerais do programa de necessidades e dos estudos de viabilidade e aos requisitos das normas a ela aplicáveis.

7.4. O gerenciamento de um projeto de grande porte é muito complexo, dificultando a compreensão de todas as ações que precisam ser tomadas, para planejar e executar com sucesso o projeto. Para se ter um perfeito entendimento do significado de cada parte e da forma como ela se encaixa no cenário do projeto, torna-se necessária a divisão do projeto em partes. Este procedimento possibilita um melhor entendimento das diversas partes do projeto, seus pacotes de trabalho, seus fluxos lógicos de atividades, bem como das fases que ele percorrerá em sua evolução, crescimento e declínio (Cleland, 1994).

7.5. Com base nisso vale destacar algumas modalidades de contrato de contrato, conforme exposto a seguir:

### **a) Design-Bid-Build (DBB)**

De acordo com Beck (2002), nesta modalidade de contrato, aloca-se ao proprietário o risco maior do empreendimento, além de assumir a responsabilidade de comissionar a planta, fazer o *start-up* e conduzir a operação. O proprietário assume o gerenciamento integral, e contrata, separadamente, os serviços de engenharia, equipamentos e materiais e a construção. O projetista e a construtora não agem de maneira integrada, assim como após a operação.

O benefício maior dos contratos DBB é que o projeto começa a partir de um relatório de viabilidade, um levantamento de custo (orçamento) e projeto básico; segue-se o projeto executivo, onde ficam definidos os custos e benefícios do projeto.

É o caso típico das obras licitadas pelos órgãos governamentais, tanto federal, estaduais ou municipais, conforme Lei 8.666, cujo vencedor é aquele de menor preço.

As preocupações destes contratos são várias, podendo citar o tempo de implantação do empreendimento, a qualificação por menor preço, pois pode comprometer a qualidade e, devido o menor custo, há prejuízo no uso de novas tecnologias nos projetos.

### **b) Design-Build (DB)**

Nesta modalidade, são contratados o projeto e a sua construção. Ele pode ser dividido em dois tipos, sendo que no primeiro tipo o contratante se baseia na experiência e qualificação do contratado, enquanto que no segundo tipo, se baseia na combinação de qualificação e preço. Cabe ao contratado agregar uma empresa de construção e outra projetista, formando um conjunto único, porém, o contrato será somente com o DB.

Cabe ao proprietário do empreendimento definir o projeto básico, ficando para o contratado o desenvolvimento do projeto executivo e a construção.

Normalmente o critério de pagamento é por preço global, garantido por seguro de risco e fiança bancária. O dono do empreendimento pode utilizar uma equipe pequena para fiscalizar o andamento da obra e aprovar os pagamentos. Os benefícios da modalidade DB é que a responsabilidade perante o contratante é de apenas um agente, o que reduz em muito disputas e reivindicações.

Além disso, face o projeto e a construção estar sob um mesmo gerenciamento, reduz atritos e quase sempre resulta em economia de tempo, reduzindo o cronograma, resultando em ganho para o contratante e bônus para o contratado. As preocupações maiores são, além da qualidade, a questão do seguro garantia, pois há riscos tanto do contratante como do contratado. Há a necessidade de obtenção de licenças para implantação do empreendimento, sendo esta uma responsabilidade do contratado. Uma alternativa para esta preocupação é o 50 contratante trazer para si esta responsabilidade. Outra desvantagem é sacrificar o projeto em função da redução de custos

#### **c) Engineer-at-Risk (EAR)**

A modalidade EAR é uma variação da modalidade DB. Neste caso, o risco é quase que totalmente assumido pelo contratante. Estruturalmente, o contrato tipo EAR é semelhante ao DB e a sua contratação é resultado de uma combinação de qualificações, onde o preço apresentado é de total responsabilidade (riscos) do contratante. Cabe ao proprietário definir os critérios do projeto, antes de contratar o EAR. As condições comerciais estipulam programas de garantias globais por parte do contratante EAR.

As vantagens dos contratos EAR é que os projetos têm definidos, com antecedência - projeto básico, os critérios básicos do empreendimento. Outra vantagem é que esse tipo de contrato oferece os benefícios de um contrato tipo DB, associado ao fato de assumir os riscos do negócio.

#### **d) Design-Build-Operate (DBO)**

Neste caso, o proprietário contrata o projeto, a construção e a operação. Cabe ao contratado a responsabilidade total sobre o projeto, construção, comissionamento, testes de aceitação e operação do empreendimento no longo prazo.

O contrato tipo DBO é tipicamente baseado na liberação dos recursos financeiros pelo proprietário ao contratado, que se responsabiliza por todas as etapas da obra. Geralmente cabe a um dos participantes do consórcio, honrar financeiramente as garantias do empreendimento.

A garantia de desempenho é um contrato entre o proprietário do empreendimento e o fiador do projeto, normalmente um dos consorciados. Vários são os benefícios do DBO, iniciando pelo fato de ser ter um único responsável pelo projeto, construção e operação. Por ser um único responsável, este pode atuar reduzindo custos e prazos; há permissão ou liberação da projetista e do construtor na busca de novas tecnologias; possibilidade de desenvolvimento paralelo do projeto e construção, com isto reduzindo os prazos e maior facilidade de obter com antecedência o custo real do projeto.

As preocupações em relação a essa modalidade podem ser assim resumidas: (i) o proprietário do projeto perde o controle dos detalhes da construção, dos prazos e do planejamento da operação; (ii) as propostas, pela sua complexidade, apresentam valores elevados, quer dizer, altos custos; e (iii) o proprietário permanece longe do que está ocorrendo no dia-a-dia da operação do projeto.

#### **e) Builder-Owner-Operate-Transfer (BOOT)**

Nesta modalidade, ao vencer uma licitação, a empresa projeta, constrói, opera e vende ao agente um certo produto, por uma tarifa e prazo definidos. Nos projetos do tipo BOOT, os contratados são geralmente pré-qualificados e a seleção final é feita pelo preço e ou tarifa oferecida.

O modelo BOOT é semelhante ao DBO, sendo que as principais diferenças são que no BOOT o vendedor financia o projeto, baseado no mecanismo “take-or-pay”, ou seja, se paga pelo contrato, tenha ou não utilizado todo o produto contratado. É um pacote de risco. O maior benefício é que os riscos ficam com o vendedor do BOOT.

As preocupações com contratos desta modalidade incluem a redução da fiscalização do proprietário nos detalhes do empreendimento, os altos custos das propostas podem limitar o número de participantes e, finalizando, exigências de padrões elevados de operação e manutenção, visando proteger ao máximo a vida útil do empreendimento.

#### **f) Engineering, Procurement, Construction (EPC)**



Para a execução de um empreendimento o cliente idealizador do projeto geralmente realiza a contratação de uma ou mais empresas que irão planejar, projetar e executar as tarefas necessárias para conclusão do projeto. No mercado são aplicadas várias modalidades de contratação, diferindo entre si principalmente pelo risco que cada uma das partes assume (contratante e contratada).

Há um somatório de informações quando nos referimos a um projeto tendo como modalidade de contratação Engineering, Procurement, Construction (EPC). Na prática, ao se referir a essa modalidade de contrato, significa informar que a área de aplicação ou de negócios é a área de engenharia e construção e que o contratado tem a responsabilidade de entregar ao contratante o produto (objeto do contrato ou projeto) pronto para ser utilizado, ou seja, entregar “a chave na mão (turnkey)” do contratante que, por sua vez, terá que pagar ao contratado um montante já previamente definido (preço fixo ou preço global).

Segundo Wade (2005), para a *Fédération Internationale des Ingénieurs Conseils* (FIDIC) que define e publica padrões para contratos do setor de engenharia e construção, os projetos regidos por contratos EPC Turnkey têm as seguintes características:

- a responsabilidade pelo design fica somente com a contratada;
- o contratante prove os requisitos segundo os quais a contratada projeta;
- a contratada realiza todo processo de Engineering, Procurement, Construction (EPC)), provendo as instalações plenamente equipadas e prontas para operação (*turnkey*);
- o contrato é do tipo preço global.

Para eles, o projeto de construção segundo um contrato EPC é apenas uma parte de um complicado empreendimento comercial, no qual a duração e o custo são elementos críticos para os financiadores. Portanto, erros (financeiros, dentre outros riscos) podem impactar o resultado esperado. Por outro lado, a contratada ao assumir a responsabilidade por uma ampla gama de riscos demandará a contrapartida equivalente e que pode impactar a própria viabilidade do projeto.

Segundo Fontoura (2006), além da abrangência EPC “completa”, definida pelo FIDIC, a abrangência do objeto dos contratos na construção pesada pode variar. A título de ilustração, citam-se duas situações:

- a. apenas a parte de “construção” é contratada: nesse caso o contrato contemplaria simplesmente a parte de construção civil e de montagem de componentes eletromecânicos. Os serviços de elaboração do projeto básico e/ou executivo e serviços correlatos, tais como sondagens, ensaios e testes de laboratório, assim como o fornecimento dos componentes eletromecânicos, ficariam sob a responsabilidade da contratante;
- b. as partes de “engenharia” e “construção” (também chamadas de “Design and Build - DB”) são contratadas: nesse caso, além dos serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, da construção civil e da montagem eletromecânica, a parte contratada também seria responsável pelo anteprojeto de engenharia. O fornecimento dos componentes ficaria sob a responsabilidade da parte contratante.

7.6. Pelo exposto e devido ao fato de que o grupo técnico de edificações em Foz do Iguaçu (GTED/PF/FIG/PR) já ter executado os projetos e aprovado junto a prefeitura local, a modalidade que melhor se enquadra no objeto desta licitação é **DESIGN-BID-BUILD** que é a mais utilizada por órgão públicos.

## 8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. A estimativa de preços da obra, de responsabilidade do GTED/DPF/FIG/PR, baseou-se na pesquisa por tabelas de preços referenciais, sendo que a memória de cálculo completa está disponível no arquivo Memória de Cálculo.

8.2. O honorário total dos serviços constantes em planilha orçamentária, conforme Anexo 1, resultou no valor, com BDI, de **Valor Global: R\$ 627.223,60 (seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta centavos)**.

## 9. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. As especificações técnicas e demais informações serão devidamente tratadas no Termo de Referência.

## **10. DA JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

10.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

10.2. No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra de demolição, fica impraticável o parcelamento da contratação.

10.3. Ainda nesse íterim, buscando soluções que visem a ampliação da concorrência e economicidade do contrato, sem que haja perda da eficiência e unicidade do objeto, a solução alternativa postulada é a subcontratação de parte do objeto, conforme art. 72 da Lei nº 8.666/1993, quando da realização de uma única licitação, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, mas havendo permissão para que a licitante vencedora subcontrate uma parte específica (parcelamento material). Assim, parte dos serviços indicados na planilha orçamentária poderão ser objetos de subcontratação.

## **11. DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS**

11.1. Como já foi explicitado neste estudo, o resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é adequar o prédio existente às determinações constantes na Ação Civil Pública supracitada, colocando a Delegacia/LDA/PR dentro das normas vigentes de acessibilidade a PNE.

## **12. DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

12.1. Considerando o horário de atendimento ao público das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, a contratada deverá, obrigatoriamente, programar suas atividades nos horários de atendimento do órgão e verificar junto ao fiscal da licitação, qualquer motivos impeditivos para a execução normal do serviço.

12.2. Para a correta execução do objeto desta contratação, a CONTRATANTE deverá:

- Permitir livre acesso ao local de execução do objeto aos projetistas previamente autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social) com acompanhamento de servidor designado para tal fim. O(s) horário(s) de visita(ões) deverá(ão) ser previamente agendado(s) e autorizado(s) pelo fiscal do contrato.
- Para **posterior** execução da obra, a CONTRATANTE deverá:
- Fornecer água e energia elétrica no local para a CONTRATADA;
- Permitir que os funcionários da contratada utilizem o sanitário existente no local, caso opte-se pela não locação de barracão de obra para tal finalidade. Neste caso, a limpeza e materiais de consumo dos funcionários da contratada serão de inteira responsabilidade da mesma, não cabendo a contratante fornecer tais insumos. Os funcionários deverão zelar pela limpeza e conservação das unidades da PF utilizadas pelos mesmos sob pena de responsabilização e reparação de eventuais danos;
- Remover veículos e equipamentos do local da demolição e no perímetro ao redor a uma distância ideal de 5 m (cinco metros);
- Permitir livre acesso ao local de execução restrito a demolição nos horários estipulados aos funcionários da contratada autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social);
- Atender as recomendações e solicitações do responsável técnico da demolição no decorrer da execução do serviço tendo em vista os riscos à vida envolvidos e como forma de evitar danos ao patrimônio.

## **13. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

13.1. Conforme informações constantes no Relatório GTED/DPF/FIG/PR 12248755 e Despacho GTED/DPF/FIG/PR 12309477, foi constatado que o elevador do prédio encontra-se desativado, sendo

informado que o equipamento nunca fora colocado em funcionamento desde a inauguração da delegacia.

13.2. Das tratativas realizadas foi sugerido o seguimento da presente contratação, tendo em vista a urgência e a decisão judicial na Ação Civil Pública nº 5003247-15.2011.4.04.7001 da 1ª Vara Federal de Londrina/PR (doc. SEI 7046373, 8885135, 9082053) e que a demanda relativa ao elevador será tratada em processo próprio, sendo portanto iniciado o processo relacionado 08385.019579/2019-37 para tratar da situação atinente ao elevador.

#### 14. DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e o objeto da contratação.

14.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

14.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto.

#### 15. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

15.1. Informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

#### 16. ANEXOS

16.1. Integra o presente Estudo, o Anexo 1 - Planilha Estimativa de Valores e Quantidades.

**LUCIO SIMIONI ZAPAROLI**  
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL  
GTED/DPF/FIG/PR

**LUIS FABIANO VERRI**  
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL  
DPF/LDA/PR

**BEATRIZ MARTINS RAMOS SCHLICKMANN**  
Agente Administrativo  
CPL/SELOG/SR/PF/PR



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO SIMIONI ZAPAROLI**, Agente de Polícia Federal, em 18/11/2019, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ MARTINS RAMOS SCHLICKMANN**, Agente Administrativo(a), em 18/11/2019, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS FABIANO VERRI**, Escrivão(a) de Polícia Federal, em 18/11/2019, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **12922732** e o código CRC **A9D32FD4**.

---